

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DOS TERRITÓRIOS: O CASO DO PARQUE NATURAL DA ARRÁBI- DA

Lara Almeida

Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária,
Portugal
laramicaela@gmail.com

Orlando Simões

Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária,
Portugal
orlando@esac.pt

Ricardo Melo*

Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação,
IRNIST, CITUR, UNICID, Portugal
ricardo.es.melo@gmail.com

*Autor correspondente

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar e avaliar o potencial turístico dos territórios, em especial no que diz respeito à animação turística. Para o efeito usou-se o Parque Natural da Arrábida (PNAr) como caso de estudo. A recolha da informação sobre os atributos e recursos turísticos do PNAr efetuou-se com base nas seguintes dimensões de análise: i) sistema de animação turística; ii) sistema de alojamento; iii) sistema de gastronomia e vinhos; iv) sistema de recursos naturais; v) sistema de recursos culturais; e vi) sistema de transportes e vias de comunicação. A recolha de informação incluiu diversas fontes e formas de recolha, das quais se destaca a consulta de registos nacionais de *sites* de *internet* de organizações e instituições, documentos bibliográficos, o questionamento a atores chave do território, entre outros. Os resultados permitem concluir que o PNAr apresenta um elevado potencial turístico, assente na quantidade e diversidade de recursos naturais e culturais, propícios ao desenvolvimento de atividades e programas nas diferentes vertentes da animação turística (desportos de natureza, educação e interpretação ambiental, e turismo cultural). Este trabalho permitiu também evidenciar a necessidade de criar um dispositivo que permita classificar o potencial turístico-recreativo dos diversos territórios, com base no potencial dos seus atributos e recursos, para que seja fornecida informação turística estruturada sobre esses mesmos territórios.

Palavras-chave: Animação Turística; Atributos do Território; Potencial Turístico; Turismo de Natureza.

Abstract

This article aims to analyze and evaluate the tourism potential of the territories, especially with regard to tourist animation. For this purpose, the Arrábida Natural Park (ANP) was used as the case study. The collection of the information on the attributes and tourist resources of the ANP was made based on the following dimensions of analysis: i) system of touristic animation; ii) system of accommodation; iii) system of gastronomy and wines; iv) system of natural resources; v) system of cultural resources; and vi) system of transportation and ways of communication. The collection of information included various sources and forms, among which the consultation of national registers of websites of organizations and institutions, bibliographic documents, questioning of key figures of the territory, among others. The results allow us to conclude that the ANP has a high tourism potential, based on the quantity and diversity of natural and cultural resources, which are conducive to the development of activities and programs in the different aspects of tourist animation (nature sports, education and environmental interpretation, and cultural tourism). This work also highlights the need to create a device to classify tourism-recreational potential of the various territories, based on the potential of their attributes and resources, so that structured tourism information about these territories may be provided.

Keywords: Attributes of the Territory; Nature Tourism; Tourist Animation; Tourist Potential.

Introdução

O sector do turismo apresenta-se hoje com um crescimento bastante acentuado, quer a nível nacional, quer ao nível mundial (Turismo de Portugal, 2017). Como tal, é necessário encontrar respostas assertivas no domínio da oferta turística, no sentido de conhecer melhor e valorizar o património local e regional, em especial os seus recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos. Através da junção deste tipo de recursos com algumas formas de turismo pouco intrusivas, pode-se encontrar formas de proteger, conservar e promover as áreas ambientalmente protegidas. Neste sentido, combinando várias atividades no âmbito do turismo ativo, turismo de natureza, e turismo cultural, é possível promover o conhecimento de residentes e visitantes sobre a problemática ambiental e contribuir para a proteção e conservação das áreas naturais ou ainda pouco modificadas.

Da vasta extensão de áreas naturais, Portugal apresenta uma considerável rede de áreas protegidas, das quais se salienta um parque nacional (Peneda-Gerês) e 13 parques naturais, entre outras áreas protegidas (Reservas Naturais, Paisagens Protegidas, etc.), perfazendo cerca de 21% do território (AEP, 2008). O Parque Natural da Arrábida (PNAr) foi criado pelo Decreto de Lei n.º 622/76, de 28 de julho, e reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 23/98, de 14 de outubro, que veio alterar os seus limites (Presidência do Conselho de Ministros, 1976). Assim, deu-se a inclusão de uma área marinha adjacente, sendo que a zona abrangida pelo domínio público marítimo, de Sesimbra até à Praia da Foz, passou a fazer parte do PNAr (ICNF, 2015). O Decreto Regulamentar n.º 11/2003, de 8 de outubro, veio alargar novamente os limites do PNAr, englobando parte da plataforma da Azóia e do cabo Espichel (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2003).

O PNAr inclui a cordilheira da Arrábida, o planalto do cabo Espichel e o Parque Marinho Luís Saldanha, com uma área total de 17327ha, dos quais 5275ha são de superfície marinha (Cunha, 2013). Possui um comprimento de cerca de 35km e uma largura média de 6km, sendo que o seu ponto mais alto situa-se no anticlinal do Formosinho, com 501m de altitude (ICNF, 2015).

O PNAr encerra valores naturais excepcionais e únicos, com cenários de grande beleza, numa região de contrastes, rica em património geológico, ecológico e cultural, características que foram invocadas na candidatura do PNAr a Património Mundial Misto, segundo a classificação da UNESCO (AMRS, 2013). O clima da Arrábida é tipicamente mediterrâneo, caracterizado por duas estações extremas, um verão quente e seco e um inverno fresco e húmido, e duas estações de características intermédias (Pedro, 1998).

As iniciativas de promoção e desenvolvimento do PNAr têm sido inúmeras ao longo dos últimos tempos. Trata-se de uma das mais antigas e emblemáticas áreas protegidas em Portugal, com características únicas e uma enorme riqueza ambiental. Mais recentemente verificou-se um crescente interesse pela visita do PNAr, com um número crescente de registos de empresas de animação turística, o que reflete a aposta nas atividades de fruição de tempos de lazer e na atividade turística neste território (Cunha, 2013). Ao mesmo tempo, a divulgação do PNAr nos vários meios de comunicação social (revistas nacionais e internacionais e canais televisivos), e a recente candidatura por parte da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) a Reserva Mundial da Biosfera, mostram uma aposta em proteger e promover este património, a nível ambiental e turístico. De salientar ainda a criação da marca “Arrábida” pela Entidade Regional de Turismo de Lisboa, em conjunto com os municípios e outras entidades da região de Setúbal.

Com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento deste território e das suas características, procedeu-se a uma análise turística do PNAr, apresentando-se neste artigo a fase de trabalho correspondente à análise e avaliação do potencial do território para as práticas de animação turística, nomeadamente no que diz respeito ao turismo cultural e ao turismo de ar livre, também designado por turismo ativo e turismo de natureza (Ministério da Economia, 2015). Por outras palavras, procurou-se encontrar pistas ao nível das oportunidades turísticas deste território, o qual tem apresentado nos últimos anos um desenvolvimento exponencial na sua procura turística (Rito, 2015). Espera-se também dar um contributo positivo para o desenvolvimento sustentável da região e, num futuro próximo, para um superior aproveitamento das suas potencialidades.

Para atingir tal objetivo procedeu-se a uma revisão da literatura referente aos principais conceitos usados no desenvolvimento do artigo; seguidamente apresentam-se as principais linhas metodológicas que serviram de apoio ao estudo efetuado; e por fim, apresentam-se os resultados da inventariação dos recursos efetuada, terminando o artigo com as principais conclusões do trabalho, no que concerne à avaliação do potencial turístico do PNAr.

Revisão da literatura

Nesta secção procede-se a uma revisão da literatura, distribuída por duas subsecções. Numa primeira definem-se os principais tipos de turismo relacionados com a animação turística em Portugal, associados a territórios com fortes recursos naturais, culturais e paisagísticos, e passíveis de serem desenvolvidos na área em estudo, o PNAr. Seguidamente apresenta-se o conceito de avaliação do potencial turístico e os estudos que contribuíram para o desenvolvimento das metodologias de análise deste estudo.

O turismo associado a territórios com fortes recursos naturais, culturais e paisagísticos

O turismo pode ser visto como uma forma de ocupação de tempos livres, distanciando-se do trabalho, dos cuidados pessoais, das obrigações familiares e sociais. Ele integra ainda o conceito de recreio, sendo este, atualmente, reclamado como um direito, uma necessidade básica e vital (Cavaco, 2006; Cunha, 2007). As várias distinções que se fazem entre os diversos tipos de turismo prendem-se com as motivações e as intenções dos viajantes. Estas motivações são múltiplas e diversificadas, pelo que se têm vindo a evoluir para novos segmentos de mercado. Têm-se verificado tendências que apontam para um aumento da procura em domínios alternativos ao tradicional “Sol e Mar”, fazendo uso de valores naturais, culturais e paisagísticos (Daniel, 2010). Face a maiores disponibilidades (temporal, mental, económica, etc.), necessidades (intelectual e emocional, etc.), facilidades e oportunidades, existem cada vez mais pessoas a praticar atividades turísticas, com uma frequência também crescente, o que se traduz num incremento de entidades que desenvolvem a oferta destas práticas (Silva, 2008).

Independentemente dos tipos de motivações dos turistas, as experiências turísticas acabam por englobar quase sempre as práticas de lazer disponíveis nos destinos, que são designadas, de forma geral, por animação turística (Melo, 2017b). De acordo com a legislação em vigor (Ministério da Economia, 2015), as atividades de animação turística englobam as atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvam, considerando:

- a) «Atividades de turismo de ar livre», também denominadas por «atividades *outdoor*», de «turismo ativo» ou de «turismo de aventura», as atividades que, cumulativamente: i) decorram predominantemente em espaços naturais, traduzindo-se em vivências diversificadas de fruição, experimentação e descoberta da natureza e da paisagem, podendo ou não realizar-se em instalações físicas equipadas para o efeito; ii) duponham organização logística e ou supervisão pelo prestador; e iii) impliquem uma interação física dos destinatários com o meio envolvente;
- b) «Atividades de turismo cultural», as atividades pedestres ou transportadas, que promovam o contacto com o património cultural e natural através de uma mediação entre o destinatário do serviço e o bem cultural usufruído, para partilha de conhecimento.

Segundo Rollins, Eagles e Dearden (2008), o turismo sempre foi uma atividade heterogénea com diferentes tipos de turistas, atrações e motivações. Da classificação desta atividade surgem os segmentos turísticos associados ao usufruto da natureza, onde diferentes visões dão origem a diferentes classificações, em função da característica (e.g., motivação, espaço físico) que se assume como sendo primordial. A base da classificação singular e relativamente bem aceite é traduzida pelo conceito de turismo de natureza. Considerando esta subdivisão, Rollins et al. (2008) entendem o turismo de natureza como aquele que é desenvolvido em áreas naturais e cujos objetivos da visita se centram sobretudo: i) na aventura (com ênfase na atividade); ii) na natureza (com ênfase no simples contacto e deslumbre de paisagens); iii) na vida selvagem (com ênfase no visionamento da vida selvagem); e iv) no ecoturismo (com ênfase em atividades e elementos relacionados com a conservação da natureza). Todos estes valores apontam para a necessidade e pertinência de um investimento mais profundo no setor do ambiente e na sua associação com as atividades turísticas. O conceito de turismo de natureza é também definido pelo Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 56/2002, de 11 de março, como todas atividades que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza (Ministério da Economia, 2002).

É ainda em função da motivação do turista que emergem outros segmentos como o turismo ativo, também identificado muitas vezes por turismo de aventura e turismo desportivo (que não são exclusivos da subdivisão “natureza”), ecoturismo e outros menos utilizados, como o turismo verde (Baud-Bovy & Lawson, 1998; Beedie & Hudson, 2003; Melo & Gomes, 2017; Melo & Sobry, 2017; Rollins et al., 2008; Torres, 2004; Weed & Bull, 2004). A definição de cada um destes segmentos sugere sobretudo a interação ativa entre o turista e o meio ambiente (Beedie, 2003; Torres, 2004). Nesta perspetiva verifica-se uma relação muito íntima entre os diversos segmentos do turismo acima considerados, nomeadamente o turismo de natureza e o turismo ativo.

O turismo de natureza é um dos segmentos mais importantes e com maiores crescimentos na indústria do turismo (Priskin, 2001). No caso de Portugal, é possível que o turismo de natureza venha a ter uma taxa de crescimento anual de 11% durante a presente década, um valor superior à média do seu crescimento a nível europeu, previsto para 7% (AEP, 2008). Este crescimento poderá dever-se a uma nova consciência ecológica que estará a surgir nas sociedades modernas. Depois de tantos anos de exploração dos recursos e destruição da natureza, eis que surge a necessidade de contrabalançar e começar a entender a natureza como um elemento vital nas nossas vidas (Mota, 2006). Com uma perspetiva diferente, Ruschmann (1997) refere que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e a sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “procura do verde” e o escape dos

grandes aglomerados urbanos, pelas pessoas que tentam recuperar o seu equilíbrio psicofísico em contacto com ambientes naturais durante os seus tempos livres.

Estes diferentes pontos de vista justificam o crescimento da procura deste tipo de turismo, que pode influenciar o aumento (ou a diminuição), tanto das potencialidades, como dos riscos para o ambiente. A atividade turística é considerada como veículo para modificar os espaços, tanto mais, quanto mais intensos e concentrados forem os fluxos de turistas. E o turismo ativo e de natureza não é exceção. A nível ambiental, a afluência da permanência humana, por si só, já produz efeitos em espaços ambientalmente mais sensíveis. Como tal, a atividade turística só pode ser eficiente e viável, no médio e longo prazo, se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos ou melhorados. Contudo, a atividade turística não implica necessariamente, ou apenas, impactes negativos sobre o meio ambiente, podendo mesmo contribuir para a conservação e valorização do património ambiental e promover uma maior consciencialização ambiental dos cidadãos (Melo, 2017a).

O Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, chama a atenção para a importância do turismo desenvolvido nos espaços naturais, sobretudo numa escala local e regional, apresentando-se este com caráter inclusivo e baseado na participação ativa dos diferentes *stakeholders* do turismo (Ministério da Economia, 2015). Exemplos destas aproximações são atualmente desenvolvidas em muitos países do mundo, sobretudo nas designadas “áreas protegidas” (WDPA, 2014).

As áreas protegidas representam locais que recebem proteção devido ao seu elevado valor ambiental, cultural ou outro valor semelhante. Estas áreas podem ir das mais altas montanhas até às águas mais profundas, entre florestas, desertos, lagos e até mesmo fronteiras nacionais. São cada vez mais reconhecidas como prestadores de serviços essenciais a ecossistemas e recursos biológicos. Neste momento cobrem quase 14% da superfície terrestre (Deguignet, Juffe-Bignoli, Harrison, MacSharry, Burgess, & Kingston, 2014) e são uma esperança, contrariando o que às vezes mais parece um cenário deprimente e em declínio, tanto a nível ambiental como social (Dudley, 2008).

As áreas protegidas foram criadas com o objetivo de preservar habitats, espécies, paisagens e pontos de interesse ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural (Abreu, 2011). Estas são, cada vez mais, zonas prediletas para a escolha de destinos turísticos, para quem vai à procura de novas experiências em locais onde consiga estar em harmonia com a natureza. Nesses locais, onde a natureza e a biodiversidade são o atrativo principal, é necessário ter consciência tanto das potencialidades como dos riscos do turismo, de modo a que o espaço visitado conserve os seus valores naturais.

Um outro tipo de motivação de viagens prende-se com a prática de atividades de natureza cultural, pelo que se pode falar, então, em turismo cultural. Face ao turismo convencional e de massas, o turismo cultural significa uma reação contra a banalização social e o excesso de mercantilização. A *National Trust for Historic Preservation* (1993), define o turismo cultural, do ponto de vista da procura, como a prática de viajar para experimentar atrações históricas e culturais com o fim de aprender sobre o passado de uma região ou um país, de uma maneira divertida e informativa. O turismo cultural é, assim, entendido como um tipo de turismo “experencial” através do qual os turistas contactam com produções culturais (artes visuais, artes manuais, festivais, festividades, etc.) e com o património cultural (sítios históricos, paisagens, arquiteturas, “bens patrimoniais imateriais”, etc.).

Avaliação do potencial turístico dos territórios

O “potencial turístico” é um conceito amplamente usado e aceite no âmbito do setor turístico, embora o termo “atratividade” também seja muitas vezes utilizado (Formica & Uysal, 2006). O potencial turístico refere-se, de forma geral, aos elementos que configuram um destino turístico e depende, essencialmente, da quantidade e da qualidade dos recursos turísticos, embora as acessibilidades e os equipamentos/infraestruturas disponíveis também sejam aspetos importantes na avaliação desse potencial (Ribeiro & Vareiro, 2012; Ritchie & Crouch, 2005).

Os recursos turísticos são considerados como os elementos fundamentais da oferta turística e compreendem a todos os bens e serviços que, por intermédio da ação humana, apresentam potencial para atrair visitantes a um determinado território, tornando assim possível a atividade turística e a satisfação das necessidades da procura (Cunha, 2008; Leno Cerro, 1991). Por sua vez, o património turístico deve ser entendido como o conjunto potencial dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem ser utilizados, mediante um processo de transformação, para satisfazer as necessidades turísticas (Cunha, 2008). Assim, o património turístico constitui o elemento fundamental que o homem transforma em recurso turístico, utilizando para esse efeito meios técnicos, humanos e financeiros (Cunha, 2008).

Deste modo, a capacidade de atração de cada território depende dos recursos existente (Leno Cerro, 1991), sendo que, o valor real do potencial de um território não é medido apenas pelo número de atrações ou recursos que possui, mas também pela sua variedade e qualidade (Ribeiro & Vareiro, 2012), assim como, pela capacidade que estes têm para serem valorizados (Cunha, 2008). Assim, a atratividade de um território não depende unicamente da oferta de recursos e infraestruturas, mas sobretudo da relação que pode ser estabelecida entre os recursos disponíveis e a importância atribuída pelos turistas (Iatu & Bulai, 2011). Neste sentido, as potencialidades turísticas variam de território para território, sendo por isso necessário efetuar a sua avaliação (Cunha, 2008).

De acordo com Cunha (2008), os principais objetivos da avaliação do potencial turístico de um determinado território são:

- a) Determinar o valor de diversos territórios a fim de estabelecer uma ordem de prioridades de desenvolvimento ou de programação dos investimentos a realizar;
- b) Avaliar em que medida um determinado território aumenta ou diminui o seu potencial turístico em função do seu crescimento;
- c) Comparar o potencial turístico de um território com o de outro que com ela concorre;
- d) Avaliar a capacidade de atração de um território após um acontecimento positivo (e.g., recuperação de uma área degradada, construção de equipamentos em resultado de um evento desportivo) ou de um acontecimento negativo (e.g., catástrofe natural, poluição de praias por derrame de petróleo, incêndios florestais).

Para avaliar o potencial turístico ou a atratividade do destino, foram desenvolvidas ferramentas de avaliação que se têm centrado no ponto de vista da oferta e/ou da procura (Cunha, 2008; Formica & Uysal, 2006; Ferrario, 1979; Leno Cerro, 1992; Portugal, Campos, Martins, & Melo, 2017; Priskin, 2001; Ribeiro & Vareiro, 2012), assim como na opinião dos residentes (Dowling, 1993; Semedo & Melo, 2017). No mesmo sentido, Leno Cerro (1991) refere-se a três tipos de enfoques para avaliar o potencial turístico de um território: i) a avalia-

ção analítica do potencial turístico; ii) a avaliação económico dos recursos; e iii) as preferências dos turistas.

A avaliação analítica do potencial turístico pode aplicar-se a um amplo conjunto de técnicas de avaliação, cujo denominador comum é a hipótese de que, considerando a presença ou ausência de determinadas componentes, e valorizando cada uma delas, pode chegar-se a uma avaliação da qualidade turística. Trata-se de determinar o valor intrínseco do próprio recurso em função das suas principais características, a partir do qual se obtém um índice de qualidade comparável ao calculado para outros territórios ou recursos de características semelhantes (Leno Cerro, 1991). Os métodos de avaliação analítica têm sido utilizados preferencialmente para avaliar o potencial turístico e recreativo de territórios singulares de natureza física, incluindo zonas costeiras (e.g., Blas & Fabeiro, 2003; Cunha, 2008) e áreas naturais (e.g., Deng, King, & Bauer, 2002; Priskin, 2001), embora também tenham sido utilizados, com algumas modificações, noutra tipo de recursos ou tipologias de turismo, nomeadamente no turismo desportivo, na animação turística e no turismo ativo (Gomes & Cunha, 2017; Martin & Encinas, 2005; Melo & Devile, 2016).

A avaliação económica dos recursos turísticos e recreativos começou a ser desenvolvida nos últimos anos da década de 1950, a partir da análise da procura de áreas recreativas, dando origem, anos mais tarde, durante a década de 1960 e principalmente da década de 1970, em modelos de estimação dos benefícios económicos da atividade recreativa nas áreas naturais. O objetivo deste tipo de técnicas é estabelecer uma metodologia que permita, do ponto de vista económico, tomar decisões sobre possíveis usos de um determinado território. Trata-se de formular uma série de ferramentas que permitam uma avaliação económica daqueles recursos que não são de carácter comercial e que, portanto, não têm um preço de mercado, aplicando-se por isso técnicas e conceitos da teoria económica convencional a situações não convencionais (Leno Cerro, 1991). Desta gama de métodos salienta-se a utilização do *contingent valuation method* (e.g., Lee, 1997; Rulleau, Dehez, & Point, 2012), e do *travel cost method* (e.g., Fleming & Cook, 2008; Jones, Yang, & Yamamoto, 2017).

A avaliação turística através da análise das preferências compreende um conjunto de técnicas que partem do pressuposto que, quanto maior for o valor de um determinado recurso ou destino turístico, maior expectativa desperta nos seus utilizadores reais ou potenciais. Esta hipótese básica relaciona o valor de um bem oferecido (recurso) com a procura que é gerada (movimento turístico). Neste caso, e ao contrário dos métodos anteriores, o instrumento de medida centra-se nas preferências expressas pelos turistas reais ou potenciais de determinado recurso (Leno Cerro, 1991). Este método que tem em consideração essencialmente a procura é, normalmente, complementado com critérios ligados às características intrínsecas dos recursos por forma a incorporar a oferta na determinação do valor turístico final. Podem, por isso, seguir-se duas vias: uma que se baseia nas preferências determinadas por inquéritos realizados diretamente junto dos visitantes (e.g. Dowling, 1993; Portugal, Campos, Martins, & Melo, 2017) e outra, que consiste na extrapolação de preferências dos visitantes a partir da consulta a peritos, utilizando, por exemplo, a técnica *Delphi* (e.g., Deng, Bender, & Selin, 2011; Kaynak, Bloom, & Leibold, 1994).

Por outro lado, os métodos mistos, usando o lado da oferta e da procura, também têm vindo a ser utilizados (e.g., Ferrario, 1979; Ribeiro & Vareiro, 2012), procurando assim maximizar as vantagens e reduzir os inconvenientes das duas técnicas anteriores.

Metodologia

O presente estudo centra-se na avaliação analítica do potencial turístico, com base nos trabalhos de Martin e Encinas (2005) e de Melo e Devile (2015). A recolha dos dados processou-se no ano de 2015 e baseou-se na análise quantitativa das seguintes dimensões e indicadores de análise, escalas territoriais, e respetivos métodos e fontes de recolha dos dados:

- a) Sistema de animação turística: foram identificados os agentes de animação turística – empresas de animação turística (EAT) e operadores marítimo-turísticos, sediados nos municípios que compõem o PNAr (Palmela, Setúbal e Sesimbra), com licenciamento para operarem na área do PNAr. Para o efeito procedeu-se à análise dos agentes de animação turística do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), versão *online*, selecionando-se os seguintes indicadores: i) localização - concelho de Palmela, Setúbal, Sesimbra; ii) tipologia de agentes de animação turística - EAT e operadores marítimo-turísticos; e iii) atividades de animação turística – atividades de turismo de ar livre/aventura, turismo cultural/touring paisagístico e cultural, e atividades marítimo-turísticas.
- b) Sistema de alojamento: identificaram-se os empreendimentos turísticos e os alojamentos locais existente à escala dos municípios da Arrábida (Palmela, Setúbal e Sesimbra), no que diz respeito ao número de alojamentos e à sua capacidade (número de camas). Para o efeito consultou-se o Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET), versão *online*.
- c) Sistema de gastronomia e vinhos: recolheu-se informação sobre os pratos típicos, vinhos, licores e produtos locais, através da análise do *website VisitPortugal*, à escala dos municípios da Arrábida (Palmela, Setúbal e Sesimbra);
- d) Sistema de recursos naturais: procedeu-se à quantificação das espécies vegetais, fauna, flora e geologia constante no PNAr, através da análise do Plano de Ordenamento do PNAr e das referências indicadas no filme/documentário da vida selvagem “Arrábida: Da Serra ao Mar” (filme produzido por Luís Quinta & Ricardo Guerreiro). Em relação à inventariação dos espaços desportivos naturais, procedeu-se à análise do projeto da Carta de Desporto de Natureza do PNAr;
- e) Sistema de recursos culturais (património artístico, histórico e cultural): procedeu-se à recolha de informação efetuada de forma a quantificar museus, galerias, edifícios qualificados, monumentos (catedrais, igrejas, castelos, conventos, palácios, santuários, mosteiros, etc.), sítios arqueológicos (fortificações, paredes, fortalezas, cemitérios, menires, etc.), artesanato (produtos de madeira, cerâmica, mármore, vidro, metal, peles e couro, têxteis, joias, instrumentos musicais, etc.), festas e tradições (bailes populares, romarias, costumes, jogos tradicionais, etc.). Os dados foram recolhidos à escala territorial do PNAr, e obtidos através da análise do Plano de Ordenamento do PNAr, do *website* da Direção Geral do Património e da visualização e análise do filme/ documentário “Al-Rábita – A Serra e o Homem”.
- f) Sistema de transporte e comunicações: procedeu-se à quantificação do número de acessos por via aérea, terrestre e aquática, com referência à distância às principais cidades e pontos de transporte internacional (aeroporto, estação de comboio, etc.). Os dados foram obtidos através dos *websites* do Instituto Nacional de Aviação Civil e do Instituto de Infraestruturas Rodoviárias.

Tabela 1. Metodologia utilizada para a compilação da informação dos recursos turísticos globais do PNAr.

Dimensões	Escala territorial	Indicadores	Fonte
Sistema de animação turística	Municipal (Sesimbra, Setúbal e Palmela)	Agentes de animação turística (tipologia e número)	Baseado no Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de Setembro (Ministério da Economia, 2015).
		Atividades de animação turística (tipologia e número)	
Sistema de alojamento	Municipal (Sesimbra, Setúbal e Palmela)	Empreendimentos turísticos e alojamentos locais (número)	Baseado no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de Março (Ministério da Economia e da Inovação, 2008)
		Camas (número)	
Sistema de gastronomia e vinhos	Municipal (Sesimbra, Setúbal e Palmela)	Gastronomia típica/pratos (número)	Baseado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000 (Presidência do Conselho de Ministros, 2000).
		Vinhos (número de castas)	Baseado na Portaria n.º 695/2009, de 29 de Junho (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009)
		Licores (número)	
		Produtos locais (número)	Baseado na Portaria n.º 699/2008, de 29 de Julho (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009)
Sistema de recursos naturais	PNAr	Flora (tipologias gerais de formações vegetais)	Baseado no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).
		Fauna (tipologias gerais de espécies animal)	
		Geológicos (tipos de solos)	
		Espaços desportivos naturais (tipologia e número)	
Sistema de recursos culturais	PNAr	Património artístico (tipologia e número)	Baseado na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Assembleia da República, 2001).
		Património histórico (tipologia e número)	
		Artesanato (tipologia e número)	
		Festas e Tradições (tipologia e número)	
Sistema de transportes e vias de comunicação	Municipal (Sesimbra, Setúbal e Palmela)	Via Aérea	Baseado no Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de Maio (Assembleia da República, 2010).
		Via Aquática	Baseado no Plano de Ordenamento do Parque Marinho Luiz Saldanha, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).
		Via Terrestre	Baseado no Plano Rodoviário Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, 2003)

A análise dos indicadores foi efetuada em escalas territoriais distintas. Para alguns indicadores foi possível utilizar a escala territorial do PNAr. Para outros, visto existirem muitas restrições na área de gestão ou construção na área de implementação do Parque Natural, sentiu-se a necessidade do alargamento para a escala dos Municípios de Palmela, Sesimbra e

Setúbal, nos quais se insere o PNAr. As diversas fontes e métodos de recolha dos dados são complementares pelo que, no final desta fase, foi efetuado um trabalho de campo *in situ*, visitando o território, para uma melhor perceção e identificação dos recursos/atributos turísticos do território. O uso destes instrumentos constituiu uma fase crucial do estudo, servindo de ligação entre o conhecimento teórico, as hipóteses de trabalho e os resultados que pretendemos conhecer.

Apresentação e discussão dos resultados

Nesta secção são apresentados os resultados obtidos no estudo, procedendo-se à quantificação específica dos elementos que constituem os indicadores definidos na metodologia deste trabalho. Assim, para análise dos recursos turísticos do PNAr, segue-se um conjunto de tabelas, onde foi possível sintetizar um vasto número de informações para cada um dos indicadores considerados.

Sistema de animação turística

Os dados apresentados, em relação ao “sistema de animação turística”, referem-se ao número de agentes de animação turística e às atividades de animação turística registadas pelos diferentes agentes de animação turística. Relativamente aos agentes de animação turística a operarem no PNAr, foi possível quantificar um total de 47 agentes registados no RNAAT a operarem no PNAr (Tabela 2), sendo que 30 são EAT e 17 são operadores marítimo-turísticos. Em relação à localização da sua sede, verificou-se que a maioria dos agentes se encontrava sediado no concelho de Sesimbra (24), e Setúbal (18), sendo que apenas 5 agentes se animação turística se encontravam sediados no concelho de Palmela.

Tabela 2. Agentes de animação turística.

Indicadores	Palmela	Sesimbra	Setúbal	Total
Número de empresas de animação turística	3	13	14	30
Número de operadores marítimo-turísticos	2	11	4	17
Total	5	24	18	47

Fonte: Turismo de Portugal (2015b).

Através da análise dos dados obtidos relativamente à tipologia das atividades de animação turística, pode-se verificar que existe um leque variado de atividades realizadas pelos agentes que operam no PNAr (Tabela 3). Estas atividades encontram-se distribuídas por 3 grupos: i) atividades de ar livre/aventura; ii) atividades culturais/tour paisagístico e cultural; e iii) atividades marítimo-turísticas.

As “atividades de ar livre/aventura” são as que apresentam um maior número de registos pelos agentes de animação turística (154 registos). Relativamente a esta tipologia de atividades verifica-se um maior registo de “caminhadas e outras atividades pedestres” (27 registos), seguindo-se as “atividades de observação da natureza” (26 registos) e as “atividades de team building” (18 registos).

A tipologia de “atividades culturais/tour paisagístico e cultural” apresenta um total de 78 registos, sendo as “visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial” (25 registos) as atividades com maior número de registos pelos agentes de animação turística, seguido pelas “atividades e experiências de descoberta do património etno-

gráfico” (20 registos) e as rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património (19 registos).

As atividades marítimo-turísticas são a tipologia que apresenta o menor número de registos. Neste caso, a atividade com maior registo é o “aluguer de embarcações com tripulação” (15 registos), seguindo-se as “atividades de pesca turística” (13 registos) e o “aluguer de embarcações sem tripulação” (12 registos), num total de 40 registos.

Tabela 3. Atividades de animação turística.

Indicadores	Palmela (n)	Sesimbra (n)	Setúbal (n)	Total (n)
Atividades de ar livre/ aventura				
Arborismo e outros percursos de obstáculos	1	8	4	13
Atividades de observação da natureza	3	12	11	26
Atividades de sobrevivência	0	4	3	7
Atividades de teambuilding	1	9	8	18
Caminhadas e outras atividades pedestres	3	13	11	27
Canyoning, coasteering e similares	0	9	6	15
Escalada em parede natural e em parede artificial	0	5	4	9
Espeleologia	0	6	3	9
Outras atividades de turismo de ar livre	1	7	5	13
Passeios e atividades em bicicleta	1	5	4	10
Passeios e Atividades equestres	3	1	3	7
Total	13	79	62	154
Atividades culturais/tour paisagístico e cultural				
Atividades que se desenvolvam exclusivamente em ambiente urbano de percursos pedestres	3	5	6	14
Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património	3	7	9	19
Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial	3	10	12	25
Atividades e experiências de descoberta do património Etnográfico	2	8	10	20
Total	11	30	37	18
Atividades marítimo-turísticas				
Aluguer de embarcações com tripulação	1	10	4	15
Aluguer de embarcações sem tripulação	2	8	2	12
Pesca turística	1	9	3	13
Total	4	27	9	40

Fonte: Turismo de Portugal (2015b).

Sistema de alojamento

Na dimensão “sistema de alojamento”, foi possível verificar que existem 217 alojamentos registados no Registo Nacional do Turismo, com um total de 5047 camas distribuídas pelos três Municípios da Arrábida (Tabela 4). Em relação aos empreendimentos turísticos, existem 29 registos, repartidos por Setúbal (15), Palmela (9) e Sesimbra (5), verificando-se que não existem estabelecimentos classificados com 1 e 5 estrelas em nenhum destes 3 municípios. Relativamente ao número de camas dos empreendimentos turísticos (total de 4219), o maior número encontra-se em Setúbal (1794) e Palmela (1590). No que diz respeito ao alojamento local, a maioria dos alojamentos (126) e das camas (496) registadas encontra-se no município de Sesimbra, num total de 188 alojamentos e de 828 camas registadas nos 3 municípios analisados.

Tabela 4. Sistema de alojamento.

Indicadores	Palmela (n)	Sesimbra (n)	Setúbal (n)	Total (n)
Empreendimentos turísticos e alojamentos locais				
Empreendimentos turísticos	9	5	15	29
Alojamento local	18	126	44	188
Total	27	131	61	217
Camas				
Empreendimentos turísticos	1590	835	1794	4219
Alojamento local	88	496	244	828
Total	1678	1331	2083	5047

Fonte: Turismo de Portugal (2015a, 2015c).

Sistema de gastronomia e vinhos

A análise dos dados da dimensão “ sistema de gastronomia e vinhos” permite verificar que existe um conjunto de características únicas referentes à gastronomia local, com um total de 46 diferentes pratos típicos nos municípios da Arrábida e ainda características singulares ao nível dos vinhos e de produtos locais (Tabela 5). As principais atividades económicas realizadas no PNAr são o fabrico de queijo de Azeitão, a cultura de vinhas, produção de moscatel e produção de mel.

Devido ao envolvimento histórico com o estuário do rio Sado e à proximidade dos seus portos ao oceano Atlântico, a gastronomia dos municípios de Sesimbra e Setúbal faz um forte aproveitamento de pratos à base de moluscos (10 pratos típicos), marisco (8 pratos típicos) e de peixe (6 pratos típicos). Esta proximidade à fonte de peixe foi um importante motor económico, nomeadamente na indústria conserveira. Por outro lado, Palmela é conhecida pelos seus pratos de carne, dos quais se salientam 4 pratos típicos, pelas sopas e essencialmente pelos seus vinhos, destacando-se 8 diferentes castas.

Tabela 5. Gastronomia e vinhos.

Indicadores	Palmela (n)	Sesimbra (n)	Setúbal (n)	Total (n)	
Gastronomia (pratos típicos)	Peixe	0	3	3	6
	Marisco	0	4	4	8
	Moluscos	0	5	5	10
	Carne	4	0	0	4
	Doces	7	6	5	18
Vinhos (número de castas)	8	0	0	8	
Licores	0	1	1	2	
Produtos locais	1	5	3	9	
Total	20	24	21	65	

Fonte: Câmara Municipal de Palmela (2015), Câmara Municipal de Sesimbra (2015), Câmara Municipal de Setúbal (2015), Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (2013), Turismo de Portugal. (2015d).

Sistema de recursos naturais

Através da análise do Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida (ICN, 2003), foi possível identificar os dados da dimensão do “sistema dos recursos naturais”, referente aos recursos relativos à flora, à fauna e à geologia da região (Tabela 6).

Tabela 6. Sistema de recursos naturais.

Indicadores		PNAr (n)
Flora		
Tipologias gerais de formações vegetais		8
Espécies com estatuto de proteção		19
Endemismos		3
	Total	30
Fauna		
Espécies de anfíbios		12
Espécies de répteis		17
Espécies de aves		197
Espécies de mamíferos		34
Espécies do ecossistema Marinho		1320
	Total	1580
Geologia		
Tipos de solos		2

Fonte: ICN (2003).

A vegetação no PNAr está fortemente relacionada com o clima específico da região, com o estado e características do solo, e com a influência antropogénica (ICNF, 2015). Apesar do crescente interesse na visitação do PNAr, ainda existem zonas relativamente pouco perturbadas pelo Ser Humano, que constituem exemplares únicos da antiga vegeta o mediterrânea (Pedro, 1998). O seu valor científico   inestimável, o que levou   inser o do PNAr na Rede Europeia de Reservas Biogen ticas (Rodrigues, 1995). Pedro (1998) agrupou a vegeta o da região em oito tipos de forma es: i) forma es rupestres; ii) ervedos; iii) tomilhais; iv) matos; v) matagais; vi) brenhas; vii) machiais; e viii) matas. A sua distribui o depende de fatores como o relevo, a geologia, o clima, o solo e as atividades humanas. Nos solos calcários do PNAr   frequente encontrar espécies como o alecrim (*Rosmarinus Officinalis*), o aroeiro (*Pistacia Lentiscus*), o aderno (*Philyrea Latifolia*), a esteva (*Cistus Ladanifer*), o lentisco (*Philyrea Angustifolia*), o espinheiro preto (*Rhamnus Lycioides*), o folhado (*Viburnum Tinus*), a madressilva (*Lonicera sp.*), o medronheiro (*Arbutus Unedo*), a murta (*Myrtus Communis*), o rosmaninho (*Lavandula Luisieri*), a sabina da praia (*Juniperus phoenicea*), o sarga o (*Cistus Monspeliensis*) e o trovisco (*Daphne Gnidium*) (Almeida, 1998; ICNF, 2015).   possível ainda observar espécies end micas nos limites do PNAr, nomeadamente, *Convolvulus Fernandesii*, *Euphorbia Obtusifolia*; *Withania Frutescens*, *Ulex Densus*, e *Iberis Procumbens* (Cunha, 2013).

No PNAr existem também 12 espécies de anfíbios, 17 de r pteis, 197 de aves e 34 espécies de mamíferos. Até ao início do século XX era possível observar no PNAr lobos e veados. Contudo, os elevados níveis de caça levaram ao seu desaparecimento. Na região abundam ainda raposas, javalis e cães em estado semisselvagem (ICNF, 2015). Embora menos rica do que há alguns anos atrás, a fauna da Arrábida ainda apresenta uma grande diversidade, sendo possível encontrar o gato-bravo, a geneta, o saca-rabos, o texugo, o toir o, a doninha, a lebre e o coelho (ICNF, 2015). Nas fendas e fissuras existentes nas arribas, ao longo do litoral, nidificam espécies de aves com estatuto de prote o especial como sejam a  guia-de-bonelli, o bufo-real e o falcão-peregrino. Ainda   possível observar o andorinh o real, a coruja das torres, o peneireiro e a perdiz (ICN, 2003). Nas falésias localizam-se grutas que albergam espécies de morcegos em perigo de extin o, nomeadamente o morcego-rato-grande, o morcego-de-ferradura-mourisco e o morcego-de-peluche (AMRS, 2013). Os ecossistemas marinhos também possuem grande relevância, com 1320 espécies registadas em 2011, que inclui esp -

cies classificadas pelo Livro Vermelho da IUCN como vulneráveis ou com ameaça de extinção (AMRS, 2013).

A maior parte da área do PNAr é constituída por rochas calcárias e dolomíticas (ICNF, 2015). Por este motivo existem essencialmente dois tipos de solos, os calcários, provenientes de rochas que constituem o núcleo da cordilheira; e os silicoargilosos, dos terrenos da periferia desse núcleo (Ribeiro, 1986). A maioria destes solos é de origem sedimentar, do tipo detrítico (ICNF, 2015; Ribeiro, 1986). A região caracteriza-se ainda por apresentar zonas de elevado relevo (Cunha, 2013), com solos de pouca espessura, o que os torna de baixa capacidade de uso (Guerreiro, 2008). O litoral rochoso é recortado em pequenas baías, que escondem praias de areia branca, sendo a principal atração do PNAr, especialmente no Verão (ICNF, 2015). Contudo, a Arrábida também é muito procurada pela sua forte personalidade paisagística, já que a fronteira entre a terra e o mar constitui um cenário propício à contemplação (AMRS, 2013). A transição entre o meio marinho e o terrestre, pontuado por uma vegetação mediterrânea exuberante, confere à Arrábida uma paisagem de rara beleza, muito procurada por turistas nacionais e estrangeiros (ICNF, 2015).

No que se refere aos espaços naturais para a prática desportiva (Tabela 7), verifica-se que o PNAr apresenta um conjunto variado de espaços naturais para a prática de desportos de natureza, em especial no que se refere a atividades terrestres e aquáticas. Ainda assim observou-se, relativamente aos espaços para desportos aéreos, a presença de 4 pontos de descolagem e 3 de aterragem.

Tabela 7. Sistema de espaços desportivos naturais.

Indicadores	PNAr (n)	
	Desportos aéreos	
Voo livre (asa delta e parapente)	Pontos de descolagem	4
	Pontos de aterragem	3
	Desportos aquáticos	
Canoagem e stand-up paddle (SUP)	Quilómetros	Ao longo de toda a costa
	<i>Coasteering</i>	6
Mergulho e <i>snorkeling</i>	Pontos de mergulho	37
Natação de águas abertas	Quilómetros	Ao longo de toda a costa
Passeios de barco e observação de cetáceos	Quilómetros	Ao longo de toda a costa
Surf e bodyboard	Praia	1
	Desportos terrestres	
Ciclismo de estrada, cicloturismo e BTT	Ciclo-ligações	13
	Ciclo-envolvente	1
Escalada	Locais de escalada	12
Espeleologia	Grutas	8
<i>Geocaching</i>	Caches	494
Passeios equestres	Percursos	8
Pedestrianismo	Percursos de Grande Rota (GR)	1
	Percursos de Pequena Rota (PR)	14

Fonte: Melo (2015).

No que respeita aos desportos aquáticos é de salientar seis percursos de prática de *coasteering*, 37 pontos de mergulho e *snorkeling*, e uma praia propícia à prática de surf e de bodyboard. Ainda em relação ao espaço aquático, é possível praticar canoagem e SUP, passeios de barco e observação de cetáceos, e natação de águas abertas ao longo de toda a costa do PNAr.

Em relação aos desportos terrestres, assinala-se a existência de um percurso pedestre de grande rota e 14 percursos pedestres de pequena rota, uma ciclo-envolvente e 13 ciclo-ligações, oito percursos equestres, 12 locais de escalada, 8 grutas para a prática de espeleologia e 494 *geocaches*.

A análise destes dados permite-nos afirmar que o PNAr apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de desportos de natureza, pois abarca uma grande quantidade e diversidade de espaços desportivos naturais, que permitem a prática destas atividades ao longo de todo o ano.

Sistema de recursos culturais

Através da análise do Plano de Ordenamento do Parque da Arrábida (ICN, 2003), do *site* da Direção-Geral do Património Cultural (2015) e da visualização do documentário “Al-rábida” (Quinta & Guerreiro, 2014) foi possível encontrar informações relativas à dimensão “recursos culturais”, onde se incluem respetivamente o património artístico, o património histórico, o artesanato, e as festas e tradições (Tabela 8).

Tabela 8. Sistema de recursos culturais.

Indicadores	PNAr (n)
Castelos	3
Edifícios histórico-patrimoniais	3
Conventos e igrejas	4
Outros edifícios importantes	4
Museus	2
Artesanato	1
Romarias	2

Fonte: Direção-Geral do Património Cultural (2015), ICN (2003), Quinta e Guerreiro (2014).

Os indícios de presença humana na Arrábida remontam ao Paleolítico Inferior, sendo possível encontrar património arqueológico datável do Calcolítico, da Idade do Bronze e da época Romana. Devido à sua posição geográfica, a Arrábida teve inúmeras vezes um papel importante na estratégia militar, com o objetivo da defesa territorial. Como exemplo dessa arquitetura militar, encontramos os Castelos de Sesimbra e Palmela e o Forte de S. Filipe, em Setúbal (AMRS, 2013). Existem também outros edifícios de valor histórico-patrimonial, utilizados como casa de férias pela nobreza portuguesa, como o Palácio da Bacalhoa, o Palácio dos Duques de Aveiro e o Palácio do Calhariz (ICNF, 2015). Com grande representatividade surge o património relacionado com atividades religiosas, como igrejas, ermidas e conventos, nomeadamente o Convento da Arrábida (Novo e Velho), o Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel e as Igrejas de São Lourenço e São Simão de Azeitão, sendo ainda possível encontrar inúmeros cruzeiros, pelourinhos, chafarizes e os característicos moinhos da Serra de S. Louro (ICNF, 2015). Encontramos em plena área do PNAr o Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida e, em Vila Nogueira de Azeitão, o Museu Sebastião da Gama, tendo como a pintura de azulejo a sua arte artesanal mais importante. Relativamente às festas e tradições no PNAr evidenciam-se as romarias em nome da Nossa Senhora de Tróia e as romarias dos vários círios, nomeadamente aquele que acontece todos os anos no cabo espichel, com o objetivo de reunir todos os representantes dos círios dos Municípios da Arrábida.

Transporte e comunicações

Em relação ao “sistema de transportes e vias de comunicação” (Tabela 9), podemos verificar que o PNAr dista cerca de 50 km do aeroporto de Lisboa e está servido por uma boa rede de acessos rodoviários, ligando-o ao Norte e Sul do país, assim como a Espanha. Existem várias vias de acesso ao PNAr por autoestrada (A2, A6 e A12) ou por estrada (EN 10 A2-IP1 ou EN5). Dentro do PNAr, a estrada mais utilizada é a EN-379, ligando Palmela, Azeitão e Sesimbra e na sua variante EN-379-1 que, passando pelo Convento e alto da serra, faz ligação a Setúbal. Por via marítima, chega-se até ao PNAr por via do oceano ou do estuário do sado, utilizando-se o porto de Setúbal e o porto de Sesimbra.

Em termos de transportes públicos, há ligações regulares de comboio, sendo as estações mais próximas as de Palmela-Aires e Setúbal e ainda o *ferryboat* que liga a Península de Troia a Setúbal. Existem ainda empresas de camionagem, como a Rede Expressos Lisboa-Setúbal e outras ligações entre Lisboa e Sesimbra. Dentro do Parque, existem ligações a partir de Sesimbra e Setúbal.

Tabela 9. Sistema de transportes e vias de comunicação.

Indicadores	PNAr (n)
Aérea	
Aeroportos	1
Terrestre	
Autoestradas	2
Estradas nacionais	5
Estradas municipais	3
Marítima	
Portos	2

Fonte: Instituto de Infraestruturas Rodoviárias (2015), Instituto Nacional de Aviação Civil (2015), Presidência do Conselho de Ministros (2005).

Conclusões

Neste trabalho procurou-se compreender o potencial turístico do PNAr, relativamente à oferta nas várias vertentes do sistema turístico. O PNAr é uma área protegida pequena, quando analisada a quantidade e diversidade de empresas e atividades nela realizada. Analisados os indicadores definidos, verificou-se que todos eles apresentam valores quantitativamente generosos, podendo afirmar-se que o PNAr apresenta os recursos turísticos necessários para que nele sejam realizadas atividades turísticas, no âmbito do turismo ativo e de natureza, e do turismo cultural. Com base nestes recursos é possível criar produtos e programas turísticos, com objetivos lúdicos, desportivos, e culturais. Para a criação destes produtos devem ser tidas em conta as características do PNAr, expostas anteriormente sob a forma de indicadores, recorrendo essencialmente aos indicadores mais relevante e singulares, que definem a identidade deste território.

O elevado número de empresas de animação turística que operam no PNAr, e que tem crescido nos últimos anos (ICNF, 2016), traduz a capacidade do território em captar investimento nesta área. Quanto à oferta de alojamento, esta tem-se também amplificado (INE, 2015; Rito, 2015), possivelmente como consequência do aumento da procura turística que se tem sentido junto dos municípios da Arrábida. Apesar deste aumento quantitativo, o mesmo não se tem verificado em termos qualitativos. Esta conclusão resulta da classificação dos empreendimentos turísticos locais (2-4 estrelas), assim como o recente encerramento da Pousada de São Filipe em Setúbal, o único empreendimento turístico classificado com 5 estrelas.

O alojamento local tem registado um progresso enorme nos últimos anos, em grande medida pela proximidade às praias situadas no PNAr, devido ao facto da população local ter vindo a aproveitar esta oportunidade de negócio, essencialmente na época do verão.

Não há dúvidas que os municípios da Arrábida exibem o que caracteriza as suas gentes e a sua história, através dos variadíssimos pratos típicos e produtos locais desta região. Apresentam uma rica variedade destes produtos, beneficiando da melhor forma o que presenteia o próprio território, quer ao nível dos recursos do mar, quer os derivados da produção agrícola, apresentando-os em pratos ricos em peixe, moluscos e doces, não esquecendo os seus famosos vinhos e licores.

O PNAr “transpira história”, através da observação dos valores geológicos e dos vestígios humanos que ao longo da história por ali foram sendo deixados, os quais podem ser hoje observados, tais como as pegadas de dinossauros ou as antigas fábricas de salga de peixe e produção de *garum* no período romano.

Apesar dos acessos ao PNAr serem vários, existem algumas dificuldades na época do verão, nomeadamente no acesso às praias, devido essencialmente ao aumento da procura destes locais e às tipologias de estradas e estacionamento disponíveis no PNAr. Nos restantes meses do ano a afluência não é tão sentida, existindo uma maior facilidade de circulação nas estradas que dão acesso ao parque.

Tendo em conta todas as características do PNAr, os critérios na seleção dos recursos turísticos para a elaboração de programas turísticos específicos para o PNAr devem ser: a variedade florística (presença de uma flora única); a riqueza histórica (evolução histórica dos povos que viveram no PNAr); a extensão costeira e a sua interligação ao PNAr; as características geológicas e paisagísticas; as atividades desportivas na natureza; e o património cultural (edifícios históricos).

Referências bibliográficas

- Abreu, J. (2011). *Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas* (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/6312>
- Associação de Municípios da Região de Setúbal. (2013). *Arrábida – Património Mundial*. Disponível em <http://arrabida.amrs.pt/>
- Associação Empresarial de Portugal. (2008). *Turismo de Natureza*. Lisboa: AEP.
- Assembleia da República. (2001). Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A*, 5808-5829.
- Assembleia da República. (2010). Decreto-Lei nº 55/2010, de 31 de Maio. *Diário da República n.º 253/2010, 1º Suplemento, Série I*, 6122-(2) a 6122-(322).
- Baud-Bovy, M., & Lawson, F. (1998). *Tourism and Recreation Handbook of Planning and Design*. Oxford: Architectural Press.
- Beedie, P. (2003). Adventure Tourism. In S. Hudson (Ed.), *Sport and Adventure Tourism* (pp. 203-239). New York: The Haworth Hospitality Press.
- Beedie, P., & Hudson, S. (2003). Emergence of Mountain-Based Adventure Tourism. *Annals of Tourism Research*, 30(3), 625-643.
- Blas, X., & Fabeiro, C. (2003). El Potencial Turístico de la Costa Gallega Después de la Catástrofe del Prestige. *Estudios Turísticos*, 157, 41-63.
- Câmara Municipal de Palmela. (2015). *Gastronomia e Vinhos*. Disponível em <http://turismo.cm-palmela.pt/>

- Câmara Municipal de Sesimbra. (2015). *VisitSesimbra*. Disponível em <http://visitsesimbra.pt>
- Câmara Municipal de Setúbal. (2015). *VisitSetúbal*. Disponível em <http://www.visitsetubal.com.pt>
- Cavaco, C. (2006). Práticas e Lugares de Turismo. In M. L. Fonseca (Coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 299-362), Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal. (2013). *Vinhos da Península de Setúbal*. Disponível em <http://www.vinhosdapeninsuladesetubal.pt>
- Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cunha, L. (2008). Avaliação do Potencial Turístico. *Cogitur: Journal of Tourism Studies*, 1(1), 21-40.
- Cunha, M. (2013). *Concepção e Valorização de um Percurso Pedestre no Parque Natural da Arrábida: o caso de estudo das Terras do Risco* (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8201>
- Daniel, A. (2010). Caracterização do Sector Turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*, 8(14), 255-276.
- Deguignet, M., Juffe-Bignoli, D., Harrison, J., MacSharry, B., Burgess N., & Kingston, N. (2014). *2014 United Nations List of Protected Areas*. Cambridge: UNEP-WCMC.
- Deng, J., Bender, M., & Selin, S. (2011). Development of a Point Evaluation System for Ecotourism Destinations: A Delphi Method. *Journal of Ecotourism*, 10(1), 77-85.
- Deng, J., King, B., & Bauer, T. (2002). Evaluating Natural Attractions for Tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 422-438.
- Direção-Geral do Património Cultural. (2015). *Património Cultural*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>
- Dowling, R. (1993). *An Environmental Approach to Tourism Planning* (Unpublished doctoral thesis). Murdoch University, Murdoch, Australia.
- Dudley, N. (Ed.) (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland: IUCN.
- Ferrario, F. (1979). The Evaluation of Tourist Resources: An Applied Methodology. *Journal of Travel Research*, 17(3), 18-22.
- Fleming, C., & Cook, A. (2008). The Recreational Value of Lake McKenzie, Fraser Island - An Application of the Travel Cost Method. *Tourism Management*, 29(6), 1197-1205.
- Formica, S., & Uysal, M. (2006). Destination Attractiveness Based on Supply and Demand Evaluations: An Analytical Framework. *Journal of Travel Research*, 44, 418-430.
- Gomes, R., & Cunha, L. (2017). Contributions to a Model of Determining the Sports Value of the Portuguese Coast: Beach Sports Value Index of Figueira da Foz. In R. Melo & C. Sobry (Coords.), *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World* (pp. 175-200). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Guerreiro, S. (2008). *Contributo para a caracterização e gestão da vegetação da Serra da Arrábida* (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/1857>
- Iatu, C., & Bulai, M. (2011). New Approach in Evaluation Tourism Attractiveness in the Region of Moldavia (Romania). *International Journal of Energy and Environment*, 5(2), 165-174.
- Instituto de Conservação da Natureza. (2003). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida - Relatório*. Lisboa: ICN.

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. (2015). *Parque Natural da Arrábida*. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnar>
- Instituto de conservação da Natureza e das Florestas. (2016). *Avaliação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Relatório final de avaliação do POPNA*. Lisboa: ICNF.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa - 2014*. Lisboa: INE.
- Instituto de Infraestruturas Rodoviárias. (2015). *Carta de Estradas de Portugal Continental - Edição Oficial 2014*. Disponível em <http://www.inir.pt/portal/RedeRodovi%C3%A1ria/CartadeEstradasdePortugalContinental/tabid/256/language/pt-PT/Default.aspx>
- Instituto Nacional de Aviação Civil. (2015). *Aeródromos e Pistas UL*. Disponível em <http://www.anac.pt/vPT/Generico/AerodromosPistasUL/Paginas/AerodromosePistasUL.aspx>
- Jones, J., Yang, Y., & Yamamoto, K. (2017). Assessing the Recreational Value of World Heritage Site Inscription: A Longitudinal Travel Cost Analysis of Mount Fuji Climbers. *Tourism Management*, 60, 67-78.
- Kaynak, E., Bloom, J., & Leibold, M. (1994). Using the Delphi Technique to Predict Future Tourism Potential. *Marketing Intelligence & Planning*, 12(7), 18-29.
- Lee, C. (1997). Valuation of Nature-Based Tourism Resources Using Dichotomous Choice Contingent Valuation Method. *Tourism Management*, 18(8), 587-591.
- Leno Cerro, F. (1991). Los Recursos Turísticos en un Proceso de Planificación: Inventário e Evaluación. *Papers de Turisme*, 7, 7-24.
- Leno Cerro, F. (1992). La Evaluación del Potencial Turístico en un Proceso de Planificación: El Canal de Castilla. *Estudios Turísticos*, 16, 49-85.
- Martin, P., & Encinas, V. (2005). Gestión Empresarial del Turismo Activo: Análisis de Oferta. *Apunts: Educación Física y Deportes*, 81, 77-82.
- Melo, J. (Coord.) (2015). *Projecto “Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural da Arrábida”. Diagnóstico da Situação Actual*. Caparica: FCT-UNL/ICNF.
- Melo, R. (2017a). Animação Turística, Desenvolvimento Local Sustentável e Educação: o caso dos Desportos de Natureza. In F. Sousa, J. Pereira & M. Lopes (Coords.), *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário* (pp.17-25). Chaves: Intervenção.
- Melo, R. (2017b). Understanding Nature Sports Participation: A Literature Review. In R. Melo & C. Sobry (Coords.), *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World* (pp. 241-275). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Melo, R., & Devile, E. (2015). Inovação e Interdisciplinaridade no Ensino Superior em Turismo. In S. Gonçalves, H. Almeida & F. Neves (Eds.), *Pedagogia no Ensino Superior* (pp. 165-185). Coimbra: Edições CINEP.
- Melo, R., & Gomes, R. (2017). A Sociocultural Approach to Understanding the Development of Nature Sports. In R. Melo & C. Sobry (Coords.), *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World* (pp. 60-90). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Melo, R., & Sobry, C. (2017) (Coords.). *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2009). Portaria n.º 695/2009, de 29 de Junho. *Diário da República n.º 123/2009, Série I*, 4210-4213.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2008). Portaria n.º 699/2008, de 29 de Julho. *Diário da República, 1.ª série - N.º 145*, 5046-5048.

- Ministério da Economia. (2002). Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março. *Diário da República n.º 59/2002, Série I-A*, 2112-2129.
- Ministério da Economia. (2015). Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de Maio, Alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de Setembro. *Diário da República n.º 172/2015, Série I*, 6947-6982.
- Ministério da Economia e da Inovação. (2008). Decreto-lei 39/2008, de 7 de Março. *Diário da República n.º 48/2008, Série I*, 1440-1456.
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. (2003). Decreto Regulamentar n.º 11/2003, de 8 de Outubro. *Diário da República n.º 106/2003, Série I-B*, 2965 – 2967.
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. (2003). Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto. *Diário da República n.º 188/2003, Série I-A*, 5115- 5117.
- Ministério do Ambiente. (1998). Decreto Regulamentar n.º 23/98, de 14 de Outubro. *Diário da República n.º 237/1998, Série I-B*, 5339-5345.
- Mota, C. (2006). *Actividades Físicas de Aventura na Natureza na Comunidade Urbana de Valimar - Passos para a sua Compreensão* (Dissertação de mestrado). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/13882>
- National Trust for Historic Preservation. (1993). *Getting Started: How to Succeed in Heritage Tourism*. Washington: National Trust for Historic Preservation.
- Pedro, J. (1998). *Vegetação e Flora da Arrábida. Colecção Natureza e Paisagem*. Lisboa: ICN.
- Portugal, A., Campos, F., Martins, F., & Melo, R. (2017). Understanding the Relation Between Serious Surfing, Surfing Profile, Surf Travel Behaviour and Destination Attributes Preferences. *European Journal of Tourism Research*, 16, 57-73.
- Presidência do Conselho de Ministros. (1976). Decreto de Lei n.º 622/76, de 28 de Julho. *Diário da República n.º 175/1976, Série I*, 1719-1722.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2000). Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2000, de 26 de Julho. *Diário da República n.º 171/2000, Série I-B*, 3618-3620.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2005). Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de Agosto. *Diário da República n.º 161/2005, Série I-B*, 4857-4874.
- Priskin, J. (2001). Assessment of Natural Resources for Nature-Based Tourism: The Case of the Central Coast Region of Western Australia. *Tourism Management*, 22, 637-648.
- Quinta, L., & Guerreiro, R. (2013). *Arrábida da Serra ao Mar - Património Mundial da Unesco*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qKyYvT8TU4A>
- Quinta, L., & Guerreiro, R. (2014). *Al-Rábita - A Serra e o Homem*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uKuHWjmAVGA>
- Ribeiro, J., & Vareiro, L. (2012). The Tourist Potential of the Minho-Lima Region (Portugal). In M. Kasimoglu (Ed.), *Visions for Global Tourism Industry - Creating and Sustaining Competitive Strategies* (pp. 339-356). Rijeka: InTech.
- Ribeiro, O. (1986). *A Arrábida: Esboço Geográfico*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- Ritchie, J., & Crouch, G. (2005). *The Competitive Destination: A Sustainable Tourism Perspective*. Oxon: CABI Publishing.
- Rito, F. (2015, Agosto 7). Turismo na Arrábida Cresce Perto de 20% ao Ano. *Jornal Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/08/07/local/noticia/turismo-na-arrabida-cresce-perto-de-20-ao-ano-1704261>

- Rollins, R., Eagles, P., & Dearden, P. (2008). Tourism, Ecotourism, and Protected Areas. In P. Dearden & R. Rollins (Eds.). *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (pp. 314-341). Toronto: Oxford University Press.
- Rulleau, R., Dehez, J., & Point, P. (2012). Recreational Value, User Heterogeneity and Site Characteristics in Contingent Valuation. *Tourism Management*, 33(1), 195-204.
- Ruschmann, D. (2008). *Turismo e Planejamento Sustentável – A Protecção do Meio Ambiente*. Campinas: Papirus Editora.
- Semedo, M., & Melo, R. (2017). O potencial do turismo marítimo-desportivo em Cabo Verde: Uma análise a partir da população residente. *Revista Científica EXEDRA, Edição Especial em Turismo* (vol. 2), pp. 91-105.
- Silva, F. (2008). *Sistemas de Informação Geográfica na internet aplicados ao Turismo na Natureza nos Açores: projecto ZoomAçores* (Dissertação de mestrado). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/2399>
- Torres, M. (2004). El Turismo Activo como Alternativa y Complemento al Modelo Turístico en la Región de Murcia. *Cuadernos de Turismo*, 14, 179-215.
- Turismo de Portugal. (2015a). *Registo Nacional do Alojamento local*. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAL/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>
- Turismo de Portugal. (2015b). *Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística*. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNAAT/ConsultaRegisto.aspx?Origem=CP&FiltroVisivel=True>
- Turismo de Portugal. (2015c). *Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos*. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNET/Registos.ConsultaRegisto.aspx>
- Turismo de Portugal. (2015d). *Visit Portugal*. Disponível em <https://www.visitportugal.com/pt-pt>
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal
- World Database on Protected Areas. (2014). *What is a Protected Area*. Disponível em http://www.wdpa.org/FAQ.aspx#ctl00_MainContent_Faq3
- Weed, M., & Bull, C. (2004). *Sports Tourism. Participants, Policy and Providers*. Oxford: Elsevier.